

O PRONOME 'ELE' ESTÁ SUJEITO AO PRINCÍPIO B? UMA DISCUSSÃO SOBRE RESULTADOS EXPERIMENTAIS¹

Karina G. Bertolino (USP)
Elaine Grolla (USP)

ABSTRACT

This article investigates if 'ele' (him) abides by principle B of Binding Theory. In order to do this, two experiments were conducted: in the first one, native adult speakers of Brazilian Portuguese (BP) allowed the local bound reading of 'ele' half of the time. In the second one, however, they did not allow this reading. Children were also tested in Experiment II: they behaved like adults, rejecting most of the bound readings of the pronoun. We explain the difference between results by appealing to methodological reasons. In the first experiment, unlike the second one, the exophoric referent was not salient enough to render a deictic reading, forcing the subjects to allow the bound reading of 'ele'. Given the results of the second, improved experiment, we conclude that 'ele' is a pronoun, subject to principle B.

KEYWORDS: Binding Theory, principle B, acquisition of language, experimental study

RESUMO

Este artigo investiga se 'ele' está sujeito ao princípio B da teoria de ligação. Para tal investigação, conduzimos dois experimentos. No primeiro, falantes adultos nativos de português brasileiro (PB) permitiram a leitura localmente ligada do pronome 'ele' em metade das vezes. No segundo, por outro lado, os adultos não permitiram essa leitura. Neste segundo experimento, foram testadas também crianças adquirindo PB: elas exibiram o mesmo comportamento que os sujeitos adultos. Atribuímos a diferença entre os resultados a razões metodológicas. No primeiro experimento, diferentemente do que no segundo, o referente exofórico não estava saliente o bastante para levar à leitura dêitica do 'ele', forçando os sujeitos a permitir sua leitura ligada. Dados os resultados desse segundo experimento, realizado de forma mais criteriosa, concluímos que 'ele' é um pronome, sujeito ao princípio B.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Ligação, princípio B, aquisição da linguagem, estudo experimental

1. Agradecemos aos dois pareceristas anônimos pelas valiosas sugestões e questionamentos. Agradecemos também aos sujeitos adultos e às crianças da Creche Central da USP e da EMEI Monte Castelo (Butantã, São Paulo, capital) pela participação no estudo, bem como à FAPESP pelo financiamento da pesquisa (nº processos: 2007/03624-4 para a primeira autora e 2011/04281-9 para a segunda autora).

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir a possibilidade da leitura localmente ligada da forma ‘ele’, tanto por falantes nativos adultos de português brasileiro (PB) como por crianças adquirindo PB como língua materna. Essa leitura, exemplificada em (1), se aceita, aparentemente violaria o princípio B da Teoria da Ligação, tal como formulado em Chomsky (1981: 188).

- (1) Cada menino_i coçou ele_i.
(2) Teoria da Ligação
(I) Princípio A: Uma anáfora deve estar ligada em seu domínio de regência.
(II) Princípio B: Um pronome deve estar livre em seu domínio de regência.
(III) Princípio C: Uma expressão-R deve estar livre.

A Teoria da Ligação, tal como apresentada em (2), nos diz que pronomes e anáforas estão em distribuição complementar. Isto é, se anáforas devem estar localmente ligadas em sua categoria de regência, pronomes não devem estar ligados dentro da mesma (devem estar ‘livres’). Tais princípios capturam apropriadamente a intuição de falantes nativos de inglês e holandês, por exemplo, em sentenças como (3). Essas sentenças são inaceitáveis quando contêm como um pronome na posição de objeto direto vinculado localmente a um sujeito (seja estabelecendo uma relação de correferência ou de ligação), sendo necessário o uso de uma anáfora (*himself*, no inglês, e *zichzelf* no holandês) (REULAND, 2011):

- (3a) *John_i washes him_i.
(3b) John_i washes himself_i.
(3c) *Jan_i wast hem_i.
(3d) Jan_i wast zichzelf_i.
‘O João lava ele (mesmo)’

Entretanto, já nos anos 70, foi observado que anáforas não necessariamente aparecem localmente ligadas (ROSS, 1970), como mostram as sentenças abaixo do inglês. Em (4a), a anáfora *himself* aparece ligada não-localmente, e em (4b), *yourself* aparece livre. Esses fatos apresentam um contra-argumento para a ideia de que anáforas e pronomes estão em distribuição complementar.

- (4a) John_i was hoping that Mary would support no one but himself_i.
(4b) Physicists like yourself_i are a godsend.

Não apenas anáforas são conhecidas na literatura por, às vezes, apresentarem um comportamento distinto daquele descrito pela Teoria da Ligação de Chomsky (1981), mas também pronomes. No francês, por exemplo, pronomes verdadeiros (que contêm a possibilidade da leitura exofórica) podem aparecer localmente ligados (REULAND, 2011), bem como a forma ‘lui’ do francês, tradicionalmente considerada também um pronome:

- (5a) Jan_i waske him_i.
‘O João lavou ele’
(5b) Jean_i parle de lui_i.
‘O João fala dele’

Assim, caso o vínculo local do ‘ele’ seja, de fato, possível no PB, este não será um caso inédito de falta de complementaridade entre anáforas e pronomes, sugerindo problemas descritivos na Teoria da Ligação (Chomsky, 1981).

Discutiremos aqui os resultados de dois estudos experimentais, cujo fim foi verificar a aceitabilidade da ligação local do ‘ele’. No Experimento I, reportado em Grolla & Bertolino (2011), utilizou-se como método a Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV) (CRAIN & THORNTON, 1998). Foram testados 20 falantes adultos, que permitiram a leitura do ‘ele’ vinculado a um antecedente local tanto quando este era quantificado (isto é, quando era um QP) como quando não era (ou seja, quando era um DP). As autoras, com base nesses resultados, propõem que o ‘ele’ não seria um pronome, mas sim uma expressão não especificada para ligação, isto é, uma UBE (*unspecified bindable expression*) (ZRIBI-HERTZ, 1995), como a forma ‘lui’ do francês, cuja possibilidade da ligação local não está sujeita a restrições de ordem sintática. Contudo, nosso Experimento II, cujos resultados reportamos pela primeira vez neste artigo, questiona a conclusão obtida anteriormente. Utilizando o mesmo método, encontramos uma taxa tão baixa de aceitabilidade dessa leitura entre adultos e crianças de 3;4 a 6;0 anos, que podemos considerá-la apenas como um “ruído experimental”. Discutiremos os resultados discrepantes dos dois experimentos, mostrando que são os resultados do segundo, e não do primeiro experimento, que melhor representam a intuição dos falantes nativos de PB.

O artigo está dividido da seguinte forma: na seção 1, revisamos, brevemente, dois artigos sobre a distribuição da proforma ‘ele’ escritos na década de 80 (LEMLE, 1985; GALVES, 1986); na seção 2, revisamos o estudo de Grolla & Bertolino (2011) — que chamamos aqui de Experimento I; na seção 3, apresentamos os resultados de um novo estudo — Experimento II; na seção 4, elaboramos a nossa conclusão.

1. A FORMA ‘ELE’ NO PB: OBSERVAÇÕES SOBRE A SUA DISTRIBUIÇÃO

Conforme mostram as sentenças (6a) e (6b), a forma ‘ele’ pode aparecer livre e ligada não localmente, o que é esperado ao assumirmos que ‘ele’ é um pronome, como tradicionalmente é feito.

- | | |
|--|----------------------------|
| (6) a. O João _i deu um doce para ele _k e para ele _m . | (leitura livre) |
| (6) b. O João _i disse que o Pedro _k conversou com ele _i . | (leitura ligada não local) |
| (6) c. ?O João _i está coçando ele _i . | (leitura ligada local) |

Lemle (1985), retomando dados presentes na tese de Samuel Moreira da Silva (1984), observa que no dialeto mineiro a forma ‘ele’, além de ter leitura livre e ligada não localmente, pode estar ligada a um sujeito local (como em (6c)), aparentemente violando o princípio B da Teoria da Ligação. Segundo a autora, essa seria uma particularidade do dialeto mineiro, sendo impossível no dialeto carioca.

Para Lemle (1985), no dialeto mineiro, a forma ‘ele’ teria passado de pronome à anáfora. Galves (1986), entretanto, argumenta que a análise de Lemle não se sustenta, uma vez que anáforas permitem apenas a leitura localmente ligada. Em outras palavras, como a leitura livre e ligada não localmente do ‘ele’ seriam ainda possíveis em Minas Gerais, a forma, conseqüentemente, não poderia ser vista como uma anáfora.

Galves (1986) propõe que o vínculo entre ‘ele’ e o seu antecedente local seria dado por correferência e não por ligação, por meio de uma relação em que ‘ele’ e o seu antecedente local apontariam para o mesmo tópico discursivo e, portanto, acabariam por ter referência idêntica. Assim, para a autora, o ‘ele’ seria um pronome, e como seu vínculo com o antecedente local seria dado por correferência e não por ligação, o princípio B não seria violado — uma vez que este seria responsável por mediar apenas as relações de ligação (Reinhart, 1983).

2. EXPERIMENTO I: GROLLA & BERTOLINO (2011)

Nesta seção, discutiremos o experimento de Grolla & Bertolino (2011), cujo fim era verificar a aceitabilidade do vínculo do ‘ele’ com um antecedente local em PB. As autoras desejavam verificar se tal vínculo seria aceito em outros dialetos além do mineiro. Também tinham como fim testar uma hipótese que está implícita na análise de Galves (1986). Ao assumir que o ‘ele’ e o antecedente local estabelecem, exclusivamente, uma relação de correferência, Galves supõe que não seria possível um vínculo entre o pronome e um antecedente quantificado — uma vez que quantificadores não referem, nunca um pronome poderia estabelecer correferência com um QP, mas apenas ligação. Portanto, as autoras desejavam investigar se os sujeitos de pesquisa aceitariam a ligação local do ‘ele’ a um QP.

2.1. Método

Grolla & Bertolino (2011) utilizaram a Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade (TJVV) como método. Trata-se de uma técnica experimental, que avalia a compreensão de sentenças. Ela é útil, especialmente, para obter julgamentos de crianças de forma indireta, ou seja, sem o pedido explícito de julgamento de gramaticalidade. O método, contudo, foi utilizado em adultos, pois como as autoras pretendiam aplicar o mesmo experimento em crianças, era necessário escolher um só método que servisse para ambos os grupos, para que possíveis disparidades entre os resultados não fossem atribuídas a particularidades metodológicas.

Assim, para testar se falantes de PB aceitariam o vínculo entre ‘ele’ e um antecedente local (DP ou QP), um experimentador contava uma história, encenada com brinquedos, na qual ocorria uma ação reflexiva — digamos que dois meninos iam coçar um cachorro, mas acabavam por coçar a si mesmos. Logo em seguida, outro experimentador proferia uma sentença com pronome — “cada menino coçou ele”. Caso o sujeito aceitasse a leitura localmente ligada do ‘ele’ (isto é, a leitura em que cada menino se coçou), diria que a sentença é verdadeira, caso não aceitasse, gerando a leitura em que o ‘ele’ é interpretado como ‘cachorro’, diria que a sentença é falsa: afinal, os meninos não coçaram o cachorro na história narrada.

Para ilustrarmos como Grolla & Bertolino (2011) procederam no experimento, vejamos, abaixo, umas das histórias e sentenças-teste utilizadas.

(7) História: Experimento I

O Woody, a Kelly e o Frankenstein estavam jogando basquete. Os três estavam muito cansados e resolveram parar um pouco. O Frankenstein não estava aguentando de calor e disse:

“Woody, estou com muito calor. Você pode abanar o meu rosto?”

“É claro, Frankenstein.”

Mas, quando o Woody ia abanar o Frankenstein, a Kelly veio e abanou o Frankenstein com o seu cabelo, que era enorme. Logo depois, o Woody começou a sentir calor também. O Woody abanou o rosto com a sua mão. Depois de descansados, o Frankenstein e a Kelly levantaram para continuar a jogar.

Sentença-teste: O Woody abanou ele.

Considerando o exemplo em (7), esperava-se que o sujeito respondesse que a sentença-teste era verdadeira se aceitasse o vínculo local do ‘ele’ ao antecedente (pois, na história narrada, é verdade que o Woody se abanou), mas dissesse que a sentença-teste era falsa se recusasse tal leitura (porque não é verdade que o Woody abanou o Frankenstein).

2.2. Materiais

Como é tradicional na TJVV, as histórias do experimento de Grolla & Bertolino (2011) foram encenadas com brinquedos — isso certamente auxiliava na memorização das narrativas, por parte dos sujeitos.

As variáveis independentes consideradas foram ‘tipo de antecedente’, DP ou QP, e ‘tipo de sentença’, matriz ou encaixada e elíptica, como mostra o quadro abaixo, com todas as condições e sentenças-teste utilizadas no experimento. Foram formuladas quatro condições (‘tipo de sentença’), contendo duas sentenças-teste em cada uma delas, dispostas entre sentenças distratoras (não apresentadas no quadro):

Tipo de Sentença	Sentenças
Ligação local em matriz (DP)	O Woody abanou ele. A Smurfete beijou ela.
Ligação local em matriz (QP)	Cada gato cobriu ele. Cada fantasma enxugou ele.
Ligação local em elipse de VP (DP)	A Margarida estava lavando ela e a joaninha também estava. A Jasmine estava abanando ela e a Lea também estava.
Ligação local em elipse de VP (QP)	O Piteco estava cheirando ele e cada dinossauro também estava. O Fred estava coçando ele e cada hipopótamo também estava.

Tabela 1

2.3. Sujeitos

Vinte sujeitos participaram da pesquisa. Eles foram selecionados aleatoriamente, em locais diversos da cidade de São Paulo. Onze desses sujeitos tinham nascido na cidade de São Paulo e nunca morado em outro lugar. Outros quatro sujeitos nasceram no interior de São Paulo e no litoral: Santos,

Guaratinguetá, Itapetininga e Monte Aprazível. Os outros cinco sujeitos nasceram em outros estados, embora morassem em São Paulo desde a infância: Bahia, Paraná e dois de Minas Gerais.

2.4. Resultados e discussão

As autoras encontraram 65% (52/80) de aceitabilidade do vínculo local do ‘ele’ a um antecedente DP e 55% (44/80) diante de antecedentes QP, sendo a diferença entre o tipo antecedente não significativa estatisticamente ($c^2 = 1,67$, $p > 0,05$). A conclusão que as autoras extraem desse resultado é que, ao contrário da predição de Galves (1986), a forma ‘ele’ pode aparecer localmente ligada, uma vez que o vínculo local da proforma foi aceito quando o antecedente era um QP.

Considerando agora o tipo de sentença, os sujeitos aceitaram a leitura localmente vinculada do ‘ele’ em 61% (49/80) das vezes em sentenças matrizes e em 59% (47/80) das vezes em estruturas com elipse de VP, sendo a diferença não significativa estatisticamente ($c^2 = 0,10$, $p > 0,05$).

Com a inclusão de sentenças com elipse de VP foi possível verificar se os falantes aceitavam tanto a leitura correferencial como a leitura ligada do ‘ele’. Mesmo que, em sentenças matrizes, os sujeitos da pesquisa tenham aceitado a ligação local diante de QPs, não era possível saber, usando apenas sentenças matrizes, se eles aceitavam também a leitura correferencial da proforma, uma vez que, com antecedentes DPs, podemos ter, teoricamente, as duas leituras (correferencial ou ligada), sem que seja possível distinguir entre elas².

Alguns dos sujeitos do estudo recusaram as sentenças-teste com elipse de VP, cuja história encenava sempre a leitura *sloppy*, e pela justificativa que esses sujeitos forneceram, as autoras concluíram que a recusa se dava pelo fato de eles terem acessado a leitura *strict* da proforma, ou seja, a leitura correferencial. Por exemplo, na sentença ‘A Margarida estava lavando ela e a joaninha também estava’, alguns sujeitos diziam que a sentença era falsa, porque, na história narrada, não era verdade que a Margarida tinha lavado ela mesma e a joaninha tinha lavado a Margarida. Ou seja, alguns sujeitos preferiam a leitura correferencial da proforma em algumas vezes (mas os mesmos aceitavam às vezes a leitura ligada também).

Em resumo, Grolla & Bertolino concluem que tanto a leitura correferencial como a leitura localmente ligada do ‘ele’ são possíveis no PB, e que esta leitura não está restrita ao dialeto mineiro. Ao invés de assumirem que o ‘ele’ do PB pode violar o princípio B, ou que o princípio B não existe, as autoras propõem que o ‘ele’ é uma expressão não especificada para ligação, uma UBE (*unspecified bindable expression*), do mesmo modo que propõe Zribi-Hertz (1995) em sua análise do ‘lui’ do francês.

Conforme Zribi-Hertz (1995), a ligação local de uma UBE está sujeita à natureza do predicado, de reflexividade provável ou improvável. No francês, ‘lui’ pode estar vinculado a um sujeito local quando ocorre em um predicado de reflexividade possível, como ‘parler de’. Dizemos que ‘parler de’ é um predicado de reflexividade possível porque não é incomum a situação em que uma pessoa fala de si mesma. Assim, a sentença (8a) é boa no francês, tanto com a leitura em que ‘lui’ é igual a ‘Jean’, ou em que ‘lui’ tem leitura exofórica. Mas, a sentença (8b), com a leitura de que ‘lui’ é igual a ‘Jean’ é inaceitável na língua, porque ‘bavarder avec’ é um predicado de reflexividade improvável. Ou seja, é difícil imaginar a situação em que uma pessoa conversa consigo mesma.

2. Ver Thornton & Wexler (1999) para uma discussão sobre a utilidade de sentenças com elipse de VP em testes sobre o princípio B.

- (8) a Jean_i parle de lui_i
‘O João fala dele’
(8) b *Jean_i bavarde avec lui_i
‘O João conversa com ele’

Contudo, se o ‘ele’ é de fato uma UBE, como o ‘lui’ do francês, a ligação local do ‘ele’ tem de estar sujeita à natureza do predicado, de reflexividade possível ou improvável. Isso não foi testado no Experimento I, de Grolla & Bertolino, que utilizou apenas predicados de reflexividade possível. Porém, a variável ‘natureza do predicado’ foi incluída no Experimento II, cujos resultados reportamos a seguir.

3. EXPERIMENTO II: NOVO ESTUDO

O objetivo do Experimento II era verificar se a hipótese de Grolla & Bertolino (2011) de que o ‘ele’ é uma UBE se sustentava empiricamente. Previa-se que, se o ‘ele’ fosse uma UBE, tal vínculo seria aceito diante de predicados de reflexividade possível, mas não diante de predicados de reflexividade improvável.

A classificação ‘predicado de reflexividade possível’ (codificado como [+ reflexivo]) *versus* ‘predicado de reflexividade improvável’ (codificado como [- reflexivo]) levou em consideração quão natural, em termos pragmáticos, seria a ação associada ao predicado se esta fosse realizada reflexivamente. Este mesmo critério foi utilizado por Zribi-Hertz (1995) na definição do que seria um predicado de reflexividade possível ou improvável. Assim, no Experimento II, utilizamos os verbos ‘molhar’, ‘pintar’, ‘enxugar’ e ‘coçar’ como [+ reflexivos], pois é pragmaticamente plausível imaginar uma pessoa molhando, pintando, enxugando e coçando a si mesma; por outro lado, outros predicados empregados no experimento, a saber, ‘conversar com’, ‘brigar com’, ‘salvar’ e ‘brincar com’, foram classificados como [- reflexivos], porque nos parece bem mais natural que as ações associadas a estes verbos sejam realizadas de forma não-reflexiva — isto é, em uma segunda pessoa.³

3.1. Método

O método utilizado foi novamente a TJJV, mas com uma mudança em relação ao experimento de Grolla & Bertolino: além da história e da sentença-teste, o sujeito escutava uma fala curta (um *lead-in*) entre ambas, proferida por um fantoche. Essa fala procurava estabilizar as possíveis referências para o ‘ele’. Por exemplo, uma das histórias era sobre duas galinhas, Zazá e Lilica, que estavam participando do plano do personagem Charlie; esse plano consistia em não conversar com a personagem Rosinha, para que ela aprendesse a nunca mais fazer certa travessura. No final da história, cada galinha conversava consigo mesma, ao invés de conversar com a Rosinha. O sujeito escutava essa narrativa e, logo em seguida, o fantoche dizia:

3. Um dos pareceristas anônimos apontou que a subdivisão do léxico em [+ reflexivo] e [- reflexivo] não seria categórica. Ele menciona, por exemplo, que um verbo como ‘salvar’, considerado por nós como [- reflexivos], em determinados contextos, poderia facilmente ser usado como reflexivo – por exemplo, em um contexto de redenção, uma pessoa pode salvar a própria ‘alma’. Parece-nos, entretanto, que este seria um uso marcado, possível apenas quando o contexto o facilita. O parecerista também menciona que o uso de ‘brincar’ como intransitivo teria um significado “quase-reflexivo”, como na sentença “O João está brincando”. Apesar de possível, julgamos que uma sentença como essa não nos leva a uma leitura obrigatoriamente reflexiva: depreendemos daí que o João está brincando com brinquedos, ou simplesmente “brincando”, sem se especificar com o que e com quem, e não que ele está “brincando com ele mesmo”.

(9) Exemplo de *lead-in*:

Hahaha, que engraçada essa história! A *Rosinha* aprontou alguma coisa e a *Zazá* estava participando de um plano. Deixa eu ver o que aconteceu... Acho que... *A Zazá conversou com ela* [sentença-teste].

Depois de ouvir o *lead-in* e a sentença-teste, proferidos pelo fantoche, o sujeito adulto ou a criança tinha de julgar se o fantoche estava correto ou não. Antes dos testes, dizíamos às crianças que o fantoche era às vezes distraído, e que sua tarefa era, ao avaliar a exatidão das respostas do fantoche, nos informar se ele estava prestando atenção ou não.

Adicionamos o *lead-in* no Experimento II para assegurar que tanto a referência exofórica como a anafórica para o ‘ele’ estivesse saliente o bastante para os sujeitos – isto era particularmente importante para a referência exofórica, já que a anafórica está na própria sentença. Caso os sujeitos sentissem que a referência exofórica estava muito distante para ser considerada, eles poderiam aceitar a leitura anafórica do ‘ele’ não por esta ser uma opção na gramática, mas apenas por ser a única acessível no contexto.

No Experimento I, de Grolla & Bertolino (2011), as autoras tomaram o cuidado para que as duas referências estivessem salientes na história, mas não havia um *lead-in* que precedesse as sentenças-teste, o que talvez dificultasse para os sujeitos recuperar a referência exofórica do ‘ele’.

3.2. Materiais

As histórias do Experimento II foram encenadas com brinquedos, como no Experimento I.

As variáveis independentes consideradas foram: ‘tipo de antecedente’, DP ou QP, e ‘tipo de sentença’, com predicado [+ reflexivo] (predicado de reflexividade possível) e com predicado [- reflexivo] (predicados de reflexividade improvável). Não foram testadas sentenças encaixadas, mas apenas matrizes. Foram testadas 4 condições (‘tipo de sentença’), contendo quatro sentenças-teste em cada uma delas, como mostra o quadro abaixo. Também foram utilizadas sentenças distratoras (não apresentadas no quadro).

Tipo de Sentença	Sentenças
Ligação local em predicado [- reflexivo] (DP)	A Bela brigou com ela. A Zazá conversou com ela. O Smurf ciclista brincou com ele. O Peri salvou ele.
Ligação local em predicado [- reflexivo] (QP)	Cada princesa brigou com ela. Cada galinha conversou com ela. Cada Smurf brincou com ele. Cada índio salvou ele.
Ligação local em predicado [+ reflexivo] (DP)	O Oscar molhou ele. O Homem Aranha pintou ele. O Dino coçou ele. O vovô Bernardo enxugou ele.
Ligação local em predicado [+ reflexivo] (QP)	Cada alienígena molhou ele. Cada super-herói pintou ele. Cada dinossauro coçou ele. Cada vovô enxugou ele.

Tabela 2

O experimento era composto por apenas 8 histórias, e cada uma delas era acompanhada de uma sentença-teste com antecedente DP e QP. Por exemplo, para a história 1, tínhamos as sentenças-teste ‘A Bela brigou com ela’ (DP) e ‘Cada princesa brigou com ela’ (QP). Todos os sujeitos escutaram as oito histórias, entretanto, montamos duas listas (folhas de respostas) diferentes, de tal modo que os sujeitos A, B e C recebiam a sentença-teste com antecedente DP da história 1, os sujeitos D, E e F a sentença-teste com antecedente QP da história 1 e assim por diante, como ilustrado no esquema abaixo:

(10) Lista 1: DP_{história 1}, QP_{história 2}, DP_{história 3}, QP_{história 4}, ..., DP_{história 8} Sujeitos A, B, C
 Lista 2: QP_{história 1}, DP_{história 2}, QP_{história 3}, DP_{história 4}, ..., QP_{história 8} Sujeitos D, E, F

Esse procedimento, inspirado no *design* do experimento de Conroy et alii (2009), sobre aquisição de pronomes no inglês, é útil para evitarmos um possível efeito *carry-over*, em que as respostas que um sujeito fornecesse às sentenças com antecedente DP influenciasses as respostas fornecidas às sentenças com antecedentes QP da mesma história, ou vice-versa.

3.3. Sujeitos

Dez adultos, falantes nativos de PB, e 30 crianças adquirindo PB como língua materna (de 3;4 a 6;0 anos de idade) participaram do experimento.

Os sujeitos adultos foram selecionados em locais diversos da cidade de São Paulo. Todos eram nascidos no estado de São Paulo.

As crianças, por sua vez, foram selecionadas na Creche Central da Universidade de São Paulo e na EMEI Monte Castelo (localizada no bairro do Butantã, São Paulo). Elas foram separadas em três grupos, de acordo com a faixa etária: G1, composto por 10 crianças de 5;6 a 6;0 anos de idade (idade média: 5;9); G2, composto por 10 crianças de 4;6 a 5;5 anos de idade (idade média: 5;0); G3, composto por 10 crianças de 3;4 a 4;5 de idade (idade média: 3;10).

3.4. Resultados

3.4.1. Adultos

Adotando a hipótese de que o ‘ele’ é uma UBE, temos a predição de que os sujeitos recusem significativamente mais o vínculo local do ‘ele’ em predicados [- reflexivos] do que em predicados [+ reflexivos]. Vejamos se os resultados obtidos com os sujeitos adultos sustentam essa hipótese.

Considerando as respostas de todo o grupo de adultos, foram aceitas ligações locais do ‘ele’ em apenas 7,5% (6/80) das vezes. Tivemos apenas uma ligação aceita diante da condição ‘[- reflexivo] QP’, nenhuma diante de ‘[- reflexivo] DP’, duas diante de ‘[+ reflexivo] DP’ e três diante de ‘[+ reflexivo] QP’. Os resultados do teste de Friedman⁴ mostram que essa diferença no número de ligações aceitas em cada condição não é estatisticamente significativa: $S = 3, p = 0,392 > 0,05$.

O Experimento II, portanto, não nos fornece nenhuma evidência de que o ‘ele’ seja uma UBE. A ligação local do ‘ele’ não está associada à natureza do predicado e, inclusive, os resultados desse experimento sugerem que, ao contrário do que se concluiu no Experimento I publicado em Grolla &

4. Utilizamos um método não paramétrico, pois não é adequado assumir que os dados possuam uma distribuição normal (teste de Anderson-Darling, $p < 0,005$).

Bertolino (2011), o vínculo do ‘ele’ a um antecedente local tende a não ser aceito no PB. Considerando apenas as sentenças matrizes do Experimento I *versus* as sentenças com predicado [+ reflexivo] do Experimento II⁵, obteve-se mais aceitabilidade da ligação local do ‘ele’ no primeiro experimento do que no segundo (Teste-U de Mann-Whitney: $p = 0,0025 < 0,01$ para DP, $p = 0,015 < 0,05$ para QP).

Como sugerido por um dos pareceristas, pode-se pensar que a diferença entre os resultados do Experimento I e II deve-se a diferenças dialetais. Em outras palavras, como no Experimento I, ao contrário do Experimento II, foram testados sujeitos de outros estados, que não São Paulo, pode-se pensar que a alta taxa de aceitabilidade da ligação local do ‘ele’ encontrada no Experimento I tenha sido causada apenas por estes sujeitos nascidos fora do estado de São Paulo. Para testarmos essa hipótese, basta considerarmos a diferença de julgamentos dos 15 sujeitos nascidos no estado de São Paulo que participaram do Experimento I – descartando, portanto, as respostas dos demais sujeitos – com os julgamentos daqueles que participaram do Experimento II. Aplicando novamente o Teste-U de Mann-Whitney, vemos que essa hipótese pode ser descartada ($p = 0,0115 < 0,05$ para DP, $p = 0,04 < 0,05$ para QP), já que, mesmo excluindo-se tais sujeitos, os resultados continuam sendo estatisticamente significativos. Isto é, a diferença entre os resultados do Experimento I e II não se deve a uma mera questão dialetal; ela deve-se, muito provavelmente, a uma diferença metodológica.

3.4.2. Crianças

Vejam agora os resultados obtidos com os grupos de crianças. Ao considerarmos os resultados de todas as 30 crianças juntas, vemos que a taxa de aceitabilidade da ligação local do ‘ele’ foi extremamente baixa: foram aceitas apenas 9,6% (23/240) de ligações locais da proforma. O teste de Friedman revela que não houve diferença no número de ligações locais aceitas diante de cada condição, pois $S = 1,13$, $p = 0,769 > 0,05$.

Ao considerarmos os resultados obtidos por cada grupo, separadamente, vemos que as crianças mais velhas (G1: 5;6 a 6;0 anos) permitiram o vínculo local do ‘ele’ em 10% (8/80) dos casos. O teste de Friedman mostra que não houve diferença de leituras anafóricas aceitas entre condições: $S = 3$, $p = 0,392 > 0,05$. Isto é, as crianças do G1 trataram a forma ‘ele’ como um pronome, sujeito ao princípio B da Teoria da Ligação, e não como uma UBE, em todos os contextos testados (isto é, com antecedentes DPs e QPs e com predicados [+reflexivos] e [- reflexivos]).

O grupo de crianças de 4;6 a 5;5 anos permitiu a ligação local do ‘ele’ em apenas 7,5% (6/80) dos casos. O teste de Friedman mostra que, novamente, não houve diferença entre respostas para as quatro condições testadas: $S = 0,82$, $p = 0,845 > 0,05$.

Por fim, o grupo de crianças de 3;4 a 4;5 anos também teve uma baixa taxa de aceitabilidade da ligação local do ‘ele’: apenas 11,25% (9/80). Como nos demais casos, o teste de Friedman não detectou diferença entre respostas para as condições testadas: $S = 1,83$, $p = 0,609 > 0,05$.

3.4.3. Comparação entre os grupos

A tabela abaixo resume os resultados de todos os grupos testados (adultos e crianças) no Experimento II, que foram expostos nas subseções anteriores:

5. No Experimento I, de Grolla & Bertolino, não foram utilizados predicados que possam ser considerados [- reflexivos], por isso optamos por realizar a comparação sem as sentenças com predicado [- reflexivos] do Experimento II.

Grupo	% de Ligações locais aceitas de ‘ele’
Adultos	7,5% (6/80)
G1 (5;6 a 6;0)	10% (8/80)
G2 (4;6 a 5;5)	7,5% (6/80)
G3 (3;4 a 4;5)	11,25% (9/80)
Todas as crianças	9,6% (23/240)

Tabela 3

Agora, devemos checar se os grupos tiveram comportamentos diferentes no experimento. Teriam, por exemplo, as crianças permitido mais ligações locais do ‘ele’ do que os adultos? Ou, teriam as crianças mais novas aceitado mais leituras reflexivas do ‘ele’ do que as mais velhas?

Aplicando o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, em sua forma bilateral, obtemos, para todas as condições testadas, um valor-p muito maior do que 5%, de modo que mantemos a hipótese nula de que todos os grupos (Adultos x G1 x G2 x G3) se comportaram da mesma maneira. A tabela abaixo resume os resultados das comparações, para as quatro condições experimentais:

Hipótese nula	Valor-p
O comportamento diante de ‘[+ reflexivo] (DP)’ foi igual entre todos os grupos	$p = 0,625 > 0,05$
O comportamento diante de ‘[+ reflexivo] (QP)’ foi igual entre todos os grupos	$p = 0,513 > 0,05$
O comportamento diante de ‘[- reflexivo] (DP)’ foi igual entre todos os grupos	$p = 0,476 > 0,05$
O comportamento diante de ‘[- reflexivo] (QP)’ foi igual entre todos os grupos	$p = 0,881 > 0,05$

Tabela 4

3.5. Discussão

Os resultados do Experimento II obtidos com falantes nativos adultos de PB não nos trazem evidência de que a proforma ‘ele’ seja uma UBE, uma vez que não houve associação entre número de ligações locais aceitas da proforma e a natureza do predicado ([+reflexivo] ou [-reflexivo]). Mais do que isso, como a taxa de aceitabilidade dessa ligação local foi ínfima o bastante entre adultos (7,5%) e entre crianças (9,6%), o Experimento II sugere que a leitura localmente ligada do ‘ele’ tende a não ser aceita no PB.

O fato de a leitura localmente ligada do ‘ele’ não ter sido aceita no Experimento II, contudo, contradiz os resultados do Experimento I publicados em Grolla & Bertolino (2011). Como já mencionado, por lá encontrou-se aceitabilidade do vínculo do ‘ele’ a um sujeito local em cerca de metade das vezes. Como explicar a diferença?

Ao que parece, no Experimento I, os falantes adultos aceitaram a ligação local do ‘ele’ porque a referência externa para proforma não estava suficientemente saliente no contexto. Ainda que as autoras tenham tomado uma série de cuidados para que na história narrada a referência externa para a proforma estivesse saliente, as sentenças-teste não eram precedidas por um *lead-in* que procurasse estabilizar as duas referências possíveis. Por essa razão, a referência exofórica pode ter ficado menos acessível aos sujeitos lá do que no Experimento II. Os sujeitos, então, teriam aceitado a ligação local do ‘ele’ não por essa ser uma opção em suas gramáticas, mas, sim, apenas porque sentiam que o antecedente local era o único elemento no discurso que poderia ser escolhido. Isto é, a referência exofórica para o ‘ele’, para esses sujeitos, provavelmente estava muito distante para ser considerada.

Não consideramos um exagero atribuir a diferença entre os resultados dos dois experimentos a questões metodológicas. Em estudos que reportam experimentos sobre a interpretação de pronomes, vê-se o quanto o contexto em que a sentença-teste é apresentada costuma ser fundamental para a sua interpretação. Conroy et alii (2009), por exemplo, aplicaram dois experimentos sobre a interpretação de pronomes em crianças de 4;0 a 6;0 anos adquirindo o inglês como língua materna, utilizando a TJJV como método. No primeiro experimento, os autores tomaram todo o cuidado para que as duas referências possíveis para o pronome *him* estivessem salientes o bastante no contexto: todos os personagens tinham igual destaque nas histórias e havia um *lead-in* que mencionasse as duas referências possíveis, antes que a sentença-teste fosse proferida. Verificou-se que, nesse experimento, as crianças – e também os adultos testados no grupo controle – tendiam a não aceitar a ligação local do pronome, aderindo, portanto, ao princípio B da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981). No segundo experimento, Conroy et alii utilizaram histórias semelhantes aos do primeiro experimento, mas realizaram algumas mudanças metodológicas: as histórias continham um *lead-in* que não mencionava a referência externa para *him* nas sentenças com antecedente DP e os personagens das histórias não recebiam o mesmo destaque na narrativa. Como resultado, os autores observaram uma alta taxa de aceitabilidade da ligação local do *him* nas sentenças-teste com DP, entre crianças. Os autores, assim, concluem que as crianças só obtêm um bom desempenho em testes sobre o princípio B diante de uma metodologia cuidadosa, que deixe a referência externa para o pronome suficientemente saliente no contexto, bem como presente no *lead-in*. Infelizmente, Conroy et alii não aplicaram o segundo experimento em adultos, de modo que não podemos ter certeza se eles seriam, como as crianças testadas, sensíveis às mudanças metodológicas, passando a aceitar violações do princípio B. Entretanto, a diferença observada entre os resultados do Experimento I e II que reportamos neste nosso artigo sugere que os adultos, qual as crianças, seriam sim sensíveis a tais alterações.

Se essa observação estiver correta, a conclusão de Grolla & Bertolino (2011) de que a proforma ‘ele’ pode aparecer vinculada ao antecedente local no PB resulta de uma falha experimental. Isto é, os novos resultados sugerem que falantes nativos de PB, na verdade, não aceitam a ligação local do ‘ele’, de modo que concluímos que tal forma é provavelmente um pronome, sujeito ao princípio B, e não uma UBE. A pequena proporção de ligações locais aceitas no Experimento II pode ser considerada um “ruído experimental”.

4. CONCLUSÕES

Dada a baixa aceitabilidade da ligação local do ‘ele’ entre adultos, nossa conclusão, como já apontado, é que o ‘ele’ não é uma UBE, mas sim, um pronome sujeito ao princípio B. Ao que parece, os resultados do Experimento I, publicados em Grolla & Bertolino (2011), diferem-se daqueles obtidos no Experimento II por razões metodológicas: no primeiro estudo, a leitura dêitica para o ‘ele’ não estava saliente o bastante, devido à falta de um *lead-in* que precedesse a sentença-teste, de forma que os sujeitos acabaram por permitir a ligação local do pronome.

Os resultados divulgados neste artigo não contradizem a observação de Lemle (1985) e Galves (1986) com respeito ao dialeto mineiro: é possível que por lá, de fato, a ligação local do ‘ele’ seja aceita. Em todo caso, seria necessário um estudo sistemático com falantes de tal dialeto, para que fossem tiradas conclusões mais sólidas.

Os resultados obtidos com os grupos de crianças mostram que desde muito cedo, aos 3;4 de idade (ou, quem sabe, quando ainda mais novas), elas já dominam as restrições sintáticas impostas na interpretação de um pronome. Esses resultados são contrários à conclusão alcançada em estudos clássicos sobre a aquisição de pronomes, como Chien & Wexler (1990) e Thornton & Wexler (1999), que mostram que crianças aceitam a interpretação correferencial de um pronome a um antecedente DP, mas não a um antecedente QP⁶. Entretanto, os nossos resultados estão em conformidade com um estudo recente sobre aquisição de pronomes, a saber, Conroy et alii (2009), em que os autores mostram que, com cuidados metodológicos que visem tornar a referência exofórica suficientemente saliente, as crianças obtêm um desempenho adulto em testes sobre o princípio B.

Por fim, observamos que manipulações no tipo de antecedente (quantificado ou referencial) ou no tipo de predicado (de reflexividade possível ou improvável) não alteraram os julgamentos dos sujeitos: a ligação local de ‘ele’ a um antecedente é rejeitada majoritariamente. Isso nos leva a concluir que a distribuição do pronome é regulada apenas pela sintaxe, mais precisamente, pelo princípio B da teoria de ligação.

BIBLIOGRAFIA

Chien, Y. & Wexler, K. (1991). Children’s knowledge of locality conditions in binding as evidence for the modularity of syntax and pragmatics. *Language Acquisition 1*, p. 225-295.

Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

Conroy, A.; Takahashi, E.; Lidz, J. & Phillips, C. (2009). Equal Treatment for All Antecedents: How Children Succeed with Principle B. *Linguistic Inquiry*, Volume 40, nº 3, p. 446-486.

Crain, S. & Thornton, R. (1998). *Investigations in Universal Grammar: A guide to experiments on the acquisition of syntax and semantics*. Cambridge, MA: MIT Press.

6. Tal assimetria nos resultados conforme o tipo de antecedente costumava ser interpretada como uma dificuldade em lidar com a correferência e não com a ligação. Chien & Wexler (1991) e Thornton & Wexler (1999) atribuem a falha em dificuldades que as crianças possuíam em aplicar o Princípio P. Grodzinsky & Reinhart (1993), por outro lado, propõem que tal dificuldade se deve a razões de processamento, que impedem as crianças de aplicar a Regra I apropriadamente.

- Galves, C. (1986). A interpretação “reflexiva” do pronome no português brasileiro. *DELTA 2*, p. 249-264.
- Grodzinsky, Y. & Reinhart, T. (1993). The innateness of Binding and Coreference. *Linguistic Inquiry*, Volume 24, nº 1, p. 69-101.
- Grolla, E. & Bertolino, K. (2011) *A proforma ‘ele’ com antecedente local em português brasileiro adulto e infantil*. In: *Estudos da Linguagem: casamento entre temas e perspectivas*. Org.: da Hora, D. & Negrão, E. João Pessoa: Editora Ideia/Editora Universitária da UFPB.
- Lemle, M. (1985). Pronomes, anáforas, zero: observações sobre uma mudança linguística. *DELTA 1*, p. 122-124.
- Moreira da Silva, S. (1983) *Etudes sur la symétrie et l’asymétrie sujet/objet dans le Portugais du Brésil*. Tese de doutorado. Paris, Université Paris VIII.
- Reinhart, T. (1983) *Anaphora and Semantic Interpretation*. London: Croom Helm.
- Reuland, E. (2011) *Anaphora and Language Design*. The MIT Press: Cambridge, MA.
- Ross, J. (1970) *On declarative sentences*. In: *Readings in English Transformational Grammar*. Org.: Roderick A. Jacobs and Peter S. Rosenbaum Waltham, MA: Ginn.
- Thornton, R. & Wexler, K. (1999) *Principle B, VP ellipsis, and interpretation in child grammar*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Zribi-Hertz, A. (1995) Emphatic or Reflexive? On the Endophoric Character of French lui-même and Similar Complex Pronouns. *Journal of Linguistics*, Volume 31, nº 2, p. 333-74.